

Quinta-Feira, 01 de Outubro de 2026

STM sofre invasão hackerista; portal sai do ar por duas semanas mas operações judiciais permanecem intactas

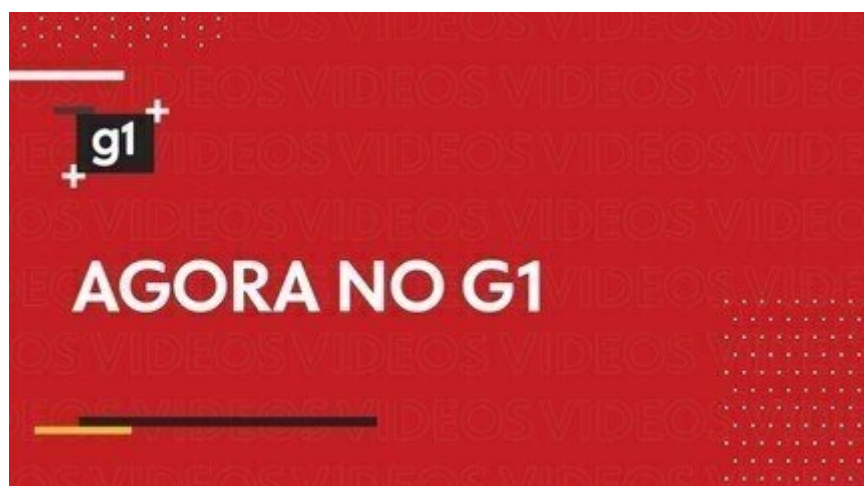
Superior Tribunal Militar identifica incidente de segurança cibernética em seu site institucional; sistemas internos não foram comprometidos

O Superior Tribunal Militar (STM) identificou um incidente de segurança cibernética em seu portal eletrônico aproximadamente duas semanas atrás, precisamente no dia 2 de julho.

Conforme informações da Corte, o site foi desativado temporariamente enquanto os profissionais técnicos realizam análise detalhada e recuperação dos sistemas afetados. O problema limitou-se ao portal de acesso público, sem gerar qualquer impacto nos sistemas operacionais internos e na tramitação processual do tribunal.

As equipes responsáveis pela infraestrutura tecnológica implementaram imediatamente todas as medidas de segurança previstas em seus protocolos, efetuando isolamento dos sistemas comprometidos e iniciando procedimentos para investigação completa do ocorrido e reativação dos serviços.

A instituição informou que divulgará atualizações conforme houver confirmação técnica dos fatos, preservando tanto a investigação quanto a integridade dos sistemas. A expectativa é que o portal retome suas atividades ainda na quarta-feira (15).



"O Portal da Corte está temporariamente indisponível. A prioridade do STM é restabelecer os serviços com segurança e garantir a continuidade do atendimento ao público", destaca comunicado da instituição.

O STM contextualizou o episódio mencionando ataques cibernéticos recentemente direcionados a outras entidades do setor público. Contudo, ressaltou que cada incidente apresenta particularidades próprias e está recebendo análise individualizada.

De acordo com o coordenador da equipe técnica, o STM "agiu rapidamente em conformidade com seus protocolos de emergência, colabora com órgãos especializados para restauração dos serviços e manterá o público constantemente informado mediante confirmações técnicas".

A instituição também comunicou o incidente aos órgãos governamentais competentes visando a implementação das ações corretivas necessárias.